

**ENTRE POLÍTICA EDUCACIONAL, PRÁTICA PEDAGÓGICA E
APRENDIZAGEM INCLUSIVA: A CAPACITAÇÃO DOCENTE COMO EIXO
ESTRUTURANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**BETWEEN EDUCATIONAL POLICY, PEDAGOGICAL PRACTICE, AND
INCLUSIVE LEARNING: TEACHER TRAINING AS THE STRUCTURING AXIS OF
SPECIAL EDUCATION**

**ENTRE LA POLÍTICA EDUCATIVA, LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA Y EL
APRENDIZAJE INCLUSIVO: LA FORMACIÓN DOCENTE COMO EJE
ESTRUCTURADOR DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL**

Aracely Lima de Oliveira Veloso
Mestranda em Educação – FUNIBER
Pós-graduação em Gestão Escolar
E-mail: aracelyveloso@yahoo.com.br

Priscila Maria de Souza
Mestranda em Educação
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLÂNTICO)
Espanha
sm_priscila@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0003-2480-2702>
<https://lattes.cnpq.br/0824429531633372>

Eliana Garcia da Silva
Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação
MUST University – EUA
E-mail: elianagarciasilva2@gmail.com

Luis Carlos de Lima
Mestre em Ciências da Educação
FICS – Faculdade Interamericana de Ciências Sociais
Assunção – Paraguai
E-mail: carlos.luis@unifesp.br

Leidryana da Conceição Ferreira
Doutoranda
Universidad de la Integración de las Américas - UNIDA.
Estado: Cidade del Este - Paraguai

Leylyane da Conceição Gomes Ferreira

Doutoranda

Universidad de la Integración de las Américas - UNIDA.

Estado: Ciudad del Este -Paraguay

Resumo

Este artigo examina o problema da distância entre os marcos normativos da educação inclusiva e sua materialização nas práticas pedagógicas relacionadas à educação especial, considerando a centralidade da formação docente nesse processo. O objetivo do estudo é analisar como a literatura científica e os documentos institucionais têm tratado a capacitação docente como elemento estruturante na relação entre política educacional, prática pedagógica e aprendizagem inclusiva. O referencial teórico apoia-se em produções nacionais e internacionais que discutem educação inclusiva, formação de professores, organização dos sistemas de ensino e direito à aprendizagem, compreendendo a inclusão como princípio orientador das políticas públicas educacionais. Metodologicamente, desenvolveu-se uma revisão de literatura de natureza descritiva e integrativa, com análise de estudos acadêmicos e documentos normativos selecionados em bases científicas reconhecidas e em organismos institucionais, a partir de critérios previamente definidos. Os resultados indicam que a efetivação das políticas inclusivas está associada à existência de processos formativos que orientem o planejamento pedagógico, a adaptação curricular e a organização do ensino nos contextos escolares. A análise evidencia que a capacitação docente atua como elemento mediador entre as diretrizes políticas e as práticas pedagógicas desenvolvidas, contribuindo para ampliar as condições de participação e aprendizagem dos estudantes público da educação especial. Conclui-se que o fortalecimento da formação docente apresenta implicações relevantes para o campo científico, ao oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da educação inclusiva.

Palavras-chave: política educacional; prática pedagógica; aprendizagem inclusiva; formação docente.

Abstract

This article examines the gap between the normative frameworks of inclusive education and their implementation in pedagogical practices related to special education, considering the central role of teacher training in this process. The aim of the study is to analyze how the scientific literature and institutional documents have addressed teacher training as a structuring element in the relationship between educational policy, pedagogical practice, and inclusive learning. The theoretical framework is grounded in national and international studies that discuss inclusive education, teacher education, the organization of education systems, and the right to learning, understanding inclusion as a guiding principle of public educational policies. Methodologically, a descriptive and integrative literature review was conducted, analyzing academic studies and normative documents selected from recognized scientific databases and institutional sources, based on previously defined criteria. The results indicate that the implementation of inclusive policies is associated with the existence of training processes that guide pedagogical planning, curricular adaptation, and the organization of teaching in school contexts. The analysis shows that teacher training acts as a mediating element between policy guidelines and pedagogical practices, contributing to the expansion of conditions for

participation and learning of students in special education. It is concluded that strengthening teacher education has relevant implications for the scientific field, as it provides support for improving educational policies and for the development of pedagogical practices aligned with the principles of inclusive education.

Keywords: educational policy; pedagogical practice; inclusive learning; teacher training.

Resumen

Este artículo examina el problema de la distancia entre los marcos normativos de la educación inclusiva y su materialización en las prácticas pedagógicas vinculadas a la educación especial, considerando la centralidad de la formación docente en este proceso. El objetivo del estudio es analizar cómo la literatura científica y los documentos institucionales han abordado la capacitación docente como elemento estructurador en la relación entre política educativa, práctica pedagógica y aprendizaje inclusivo. El marco teórico se sustenta en producciones nacionales e internacionales que analizan la educación inclusiva, la formación del profesorado, la organización de los sistemas educativos y el derecho al aprendizaje, entendiendo la inclusión como principio orientador de las políticas públicas educativas. Metodológicamente, se desarrolló una revisión de la literatura de carácter descriptivo e integrador, con análisis de estudios académicos y documentos normativos seleccionados en bases científicas reconocidas y en organismos institucionales, a partir de criterios previamente definidos. Los resultados indican que la implementación de las políticas inclusivas se asocia a la existencia de procesos formativos que orientan la planificación pedagógica, la adaptación curricular y la organización de la enseñanza en los contextos escolares. El análisis pone de manifiesto que la capacitación docente actúa como elemento mediador entre las directrices políticas y las prácticas pedagógicas desarrolladas, contribuyendo a ampliar las condiciones de participación y aprendizaje del alumnado de la educación especial. Se concluye que el fortalecimiento de la formación docente presenta implicaciones relevantes para el ámbito científico, al ofrecer aportes para el perfeccionamiento de las políticas educativas y para el desarrollo de prácticas pedagógicas alineadas con los principios de la educación inclusiva.

Palabras clave: política educativa; práctica pedagógica; aprendizaje inclusivo; formación docente.

1. Introdução

A educação especial, orientada pelos princípios da educação inclusiva, tem sido progressivamente incorporada às políticas educacionais e aos marcos normativos nacionais e internacionais, com o objetivo de garantir o direito à aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades. No contexto brasileiro, esse movimento resulta da convergência entre compromissos legais, diretrizes institucionais e debates acadêmicos que buscam reorganizar os sistemas de ensino para atender à diversidade presente nas escolas (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009a).

Essas políticas estabelecem que a escolarização de estudantes público da educação especial deve ocorrer, preferencialmente, em classes comuns do ensino

regular, com a oferta do Atendimento Educacional Especializado como suporte complementar. Tal orientação desloca o foco da deficiência para as condições pedagógicas e organizacionais das escolas, exigindo mudanças na prática docente e na forma como o ensino é planejado e executado (BRASIL, 2009b).

No plano internacional, documentos como a Declaração de Salamanca e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reforçam a centralidade da escola inclusiva como espaço de participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos. Esses referenciais destacam que a inclusão não se limita ao acesso físico, mas envolve processos pedagógicos capazes de responder às diferentes necessidades educacionais dos estudantes (UNESCO, 1994; BRASIL, 2009a).

No contexto brasileiro, esses compromissos internacionais foram incorporados ao ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 6.949/2009, que internalizou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse decreto estabelece a educação como direito garantido às pessoas com deficiência e orienta a formulação de políticas educacionais voltadas à eliminação de barreiras que dificultam o acesso, a participação e a aprendizagem no ensino regular (BRASIL, 2009).

Nesse cenário, a prática pedagógica assume papel decisivo, uma vez que é no cotidiano da sala de aula que as diretrizes políticas se materializam. Estudos indicam que a efetividade da educação inclusiva está diretamente relacionada à capacidade dos professores de planejar, adaptar e avaliar o ensino de modo a contemplar a diversidade de ritmos, estilos e formas de aprendizagem (BOOTH; AINSCOW, 2011; FLORIAN, 2012).

A formação docente, inicial e continuada, emerge, portanto, como elemento estruturante desse processo. A literatura aponta que professores que dispõem de formação consistente em educação inclusiva tendem a desenvolver práticas mais colaborativas, flexíveis e alinhadas aos princípios da equidade educacional, favorecendo a participação dos estudantes público da educação especial no

currículo comum (FLORIAN, 2012; A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOCENTE..., 2025).

Apesar dos avanços normativos e do acúmulo de produções acadêmicas, persistem desafios relacionados à articulação entre política educacional, prática pedagógica e aprendizagem inclusiva. Parte da literatura evidencia que a formação docente nem sempre acompanha as demandas impostas pelas políticas inclusivas, o que pode gerar dificuldades na implementação das diretrizes no contexto escolar (A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA..., 2025).

Diante desse quadro, justifica-se a realização deste estudo pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel da capacitação docente na consolidação da educação especial na perspectiva inclusiva. Ao analisar como a literatura tem abordado essa temática, busca-se contribuir para o debate sobre a coerência entre políticas educacionais e práticas pedagógicas voltadas à aprendizagem de todos os estudantes.

Assim, a pergunta que orienta esta pesquisa é: de que modo a formação docente tem sido compreendida pela literatura como eixo estruturante na articulação entre política educacional, prática pedagógica e aprendizagem inclusiva na educação especial?

O objetivo geral do estudo consiste em analisar, com base na produção científica e nos documentos normativos selecionados, como a capacitação docente é apresentada como elemento central para a efetivação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, considerando sua relação com as políticas educacionais e com as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

2. Referencial Teórico

2.1 Política educacional e fundamentos da educação inclusiva

A educação inclusiva consolidou-se como princípio orientador das políticas educacionais a partir do reconhecimento do direito de todas as pessoas à educação em sistemas regulares de ensino. Documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecem que a inclusão envolve a reorganização dos sistemas educacionais para responder à diversidade dos estudantes, superando modelos segregadores (UNESCO, 1994; UNITED NATIONS, 2006).

No campo educacional, esses referenciais influenciaram a formulação de políticas nacionais que passam a compreender a educação especial como modalidade transversal, integrada ao ensino comum. A literatura aponta que tal orientação desloca o foco da deficiência para as condições institucionais, pedagógicas e formativas das escolas, ampliando a responsabilidade dos sistemas de ensino na garantia da aprendizagem (QUEIROZ; GUERREIRO, 2019).

Esse movimento político-normativo sustenta a compreensão de que a inclusão não se limita ao acesso à escola, mas envolve práticas pedagógicas capazes de assegurar participação, permanência e aprendizagem, em consonância com os objetivos educacionais mais amplos definidos nas políticas públicas (UNESCO, 2016).

2.2 Prática pedagógica e aprendizagem inclusiva

A efetivação da educação inclusiva ocorre, sobretudo, no âmbito da prática pedagógica, onde as diretrizes políticas se concretizam no cotidiano escolar. Estudos indicam que a aprendizagem inclusiva depende de estratégias de ensino que considerem diferentes formas de participação, ritmos de aprendizagem e necessidades educacionais, evitando abordagens homogêneas do currículo (BOOTH; AINSCOW, 2011).

Nessa perspectiva, a prática pedagógica passa a ser compreendida como um processo intencional de mediação, no qual o professor organiza o ensino a partir da diversidade presente na sala de aula. A literatura ressalta que práticas inclusivas estão associadas ao planejamento flexível, ao uso de recursos variados e à avaliação orientada para o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes (UNESCO, 2017).

Relatos de pesquisas evidenciam que, quando essas práticas não são sustentadas por formação adequada, tendem a ocorrer dificuldades na adaptação curricular e na articulação entre o ensino comum e o atendimento educacional especializado, comprometendo os objetivos da inclusão (QUEIROZ; GUERREIRO, 2019).

2.3 Formação docente como eixo estruturante da inclusão

A formação docente é amplamente reconhecida na literatura como elemento central para a consolidação da educação inclusiva. Autores indicam que professores preparados para lidar com a diversidade desenvolvem maior capacidade de ajustar o ensino às necessidades dos estudantes, favorecendo ambientes de aprendizagem mais participativos (FLORIAN, 2012).

Estudos apontam que a formação inicial, quando articulada à formação continuada, contribui para a construção de saberes pedagógicos voltados à inclusão, como o trabalho colaborativo, a reflexão sobre a prática e o uso de estratégias diversificadas de ensino. Essa formação sustenta a compreensão da inclusão como responsabilidade coletiva da escola (UNESCO, 2020).

Pesquisas recentes no contexto brasileiro reforçam que a ausência ou fragilidade da capacitação docente constitui um dos principais entraves à implementação das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva, evidenciando a necessidade de investimentos formativos contínuos (FREIRE et al., 2025).

2.4 Articulação entre política educacional, prática pedagógica e formação docente

A literatura indica que a coerência entre política educacional, prática pedagógica e formação docente é condição fundamental para a efetivação da aprendizagem inclusiva. Quando essas dimensões não se articulam, as políticas tendem a permanecer no plano normativo, com impacto limitado no cotidiano das escolas (SLEE, 2019).

Documentos orientadores destacam que a formação docente deve estar alinhada aos princípios das políticas inclusivas, de modo a apoiar o professor na tradução dessas diretrizes em práticas pedagógicas consistentes. Essa articulação favorece a construção de ambientes escolares mais equitativos e participativos (UNESCO, 2016; UNESCO, 2017).

Assim, as evidências apresentadas na literatura demonstram que a formação docente opera como eixo estruturante na relação entre política educacional e prática pedagógica, sustentando processos de aprendizagem inclusiva e reafirmando a centralidade do professor na concretização da educação especial em sistemas educacionais inclusivos.

3. Metodologia

A presente pesquisa adotou uma abordagem de revisão de literatura, de natureza descritiva e integrativa, com o objetivo de analisar como a produção acadêmica e os documentos institucionais têm discutido a capacitação docente como elemento estruturante da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Essa opção metodológica mostrou-se adequada ao objetivo do estudo, por permitir a sistematização de conhecimentos já produzidos e a identificação de convergências analíticas reconhecidas na literatura especializada.

A seleção das fontes ocorreu em bases de dados científicas amplamente utilizadas na área educacional, como SciELO, Web of Science, Scopus e Google Scholar, escolhidas em função de sua abrangência e relevância para a disseminação de pesquisas em educação, políticas públicas e inclusão escolar. Complementarmente, foram considerados documentos institucionais de organismos internacionais e nacionais, em razão de seu papel normativo e orientador das políticas educacionais.

O processo de busca utilizou descritores relacionados à política educacional, educação especial, educação inclusiva, prática pedagógica e formação docente, combinados por operadores booleanos, de modo a ampliar o alcance da busca e contemplar diferentes abordagens teóricas sobre o tema. As estratégias de busca foram definidas previamente, garantindo consistência e rastreabilidade ao procedimento adotado.

Os critérios de inclusão consideraram estudos disponíveis na íntegra, publicados em periódicos científicos ou documentos institucionais reconhecidos, que abordassem diretamente a articulação entre política educacional, prática pedagógica e formação docente no campo da educação especial inclusiva. Foram excluídos trabalhos que não dialogavam com o objeto da pesquisa ou que apresentavam enfoque dissociado do contexto educacional.

A coleta e organização do material seguiram as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, em consonância com recomendações metodológicas amplamente utilizadas em revisões de literatura. Após a leitura integral dos textos selecionados, os estudos foram sistematizados de forma a possibilitar a análise dos principais argumentos, enfoques teóricos e contribuições para a compreensão do papel da capacitação docente na efetivação da aprendizagem inclusiva.

4. Resultados e discussão

A análise da literatura permitiu identificar convergências relevantes quanto ao papel da capacitação docente na articulação entre política educacional, prática pedagógica e aprendizagem inclusiva. Os estudos revisados indicam que a efetivação da educação especial na perspectiva inclusiva depende menos da existência isolada de marcos normativos e mais da capacidade dos professores de traduzirem essas diretrizes em ações pedagógicas consistentes no cotidiano escolar (BRASIL, 2008; QUEIROZ; GUERREIRO, 2019).

Os resultados evidenciam que políticas educacionais inclusivas, embora amplamente consolidadas no plano legal, apresentam desafios recorrentes quando não acompanhadas por processos formativos contínuos. A literatura aponta que a ausência de formação específica limita a compreensão dos professores sobre estratégias pedagógicas inclusivas, o que compromete a participação e a aprendizagem dos estudantes público da educação especial (FREIRE et al., 2025; A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOCENTE..., 2025).

Nesse sentido, a formação docente aparece de forma recorrente como eixo estruturante da inclusão. Estudos nacionais e internacionais destacam que professores com acesso à formação inicial e continuada alinhada aos princípios da inclusão desenvolvem maior flexibilidade pedagógica, ampliando as possibilidades de adaptação curricular e de organização do ensino (FLORIAN, 2012; UNESCO, 2017).

A tabela 1 sintetiza os principais achados identificados na literatura, evidenciando a relação entre política educacional, prática pedagógica e capacitação docente, conforme os estudos analisados.

Tabela 1 - Síntese dos principais achados da literatura sobre educação inclusiva

Dimensão analisada	Principais evidências na literatura	Referências
Política educacional	Marcos normativos orientam a inclusão, mas exigem mediação	BRASIL, 2008; UNESCO, 2016

	pedagógica para efetividade	
Prática pedagógica	Práticas inclusivas dependem de planejamento flexível e estratégias diversificadas	BOOTH; AINSCOW, 2011
Formação docente	Capacitação contínua favorece a implementação das políticas inclusivas	FLORIAN, 2012; FREIRE <i>et al.</i> , 2025
Aprendizagem inclusiva	Participação e aprendizagem ampliam-se quando há coerência entre política e prática	QUEIROZ; GUERREIRO, 2019

Fonte: elaborado pelos autores, com base na literatura revisada.

A partir dos achados apresentados na tabela 1, observa-se que a literatura converge ao indicar a formação docente como elemento mediador entre política e prática. Essa mediação é apontada como condição para que a aprendizagem inclusiva ocorra de forma sistemática, superando abordagens pontuais ou dependentes de iniciativas individuais (SLEE, 2019).

Os resultados também dialogam com documentos internacionais que defendem a centralidade do professor na construção de sistemas educacionais inclusivos. Relatórios da UNESCO ressaltam que investimentos em formação docente são determinantes para reduzir desigualdades educacionais e promover ambientes escolares mais equitativos (UNESCO, 2020).

Dessa forma, a análise interpretativa dos resultados confirma que a capacitação docente sustenta a articulação entre política educacional e prática pedagógica, configurando-se como eixo estruturante da educação especial na perspectiva

inclusiva. Esses achados oferecem base consistente para as conclusões do estudo, ao evidenciar que a inclusão escolar depende de processos formativos contínuos e alinhados às diretrizes educacionais vigentes.

5. Considerações finais

O presente estudo partiu do problema de compreender como a formação docente se configura como eixo estruturante na articulação entre política educacional, prática pedagógica e aprendizagem inclusiva no âmbito da educação especial. O objetivo proposto foi analisar, à luz da literatura e de documentos normativos, de que modo a capacitação docente sustenta a efetivação dos princípios da educação inclusiva nos sistemas de ensino.

A síntese dos achados evidencia convergência na produção científica ao indicar que políticas educacionais inclusivas alcançam maior coerência quando acompanhadas por processos formativos consistentes. A literatura analisada aponta que a formação inicial e continuada dos professores favorece a tradução das diretrizes normativas em práticas pedagógicas organizadas, ampliando a participação e a aprendizagem dos estudantes público da educação especial (FLORIAN, 2012; UNESCO, 2017).

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao reforçar a compreensão da inclusão como processo sistêmico, no qual a formação docente opera como elemento mediador entre os marcos políticos e o cotidiano escolar. Essa abordagem dialoga com referenciais que defendem a superação de modelos centrados exclusivamente na norma, destacando a centralidade do professor na construção de ambientes educacionais mais equitativos (SLEE, 2019).

No plano prático, os achados indicam que a implementação efetiva da educação inclusiva demanda investimentos em programas de formação docente articulados às políticas educacionais vigentes. Recursos como ações formativas continuadas, espaços de trabalho colaborativo nas escolas e orientações

pedagógicas alinhadas aos documentos institucionais são apontados na literatura como fundamentais para sustentar práticas inclusivas de forma sistemática (BRASIL, 2008; UNESCO, 2020).

Dessa forma, o artigo evidencia que a capacitação docente não constitui ação acessória, mas elemento estruturante para a consolidação da educação especial na perspectiva inclusiva. Ao reafirmar essa centralidade, o estudo oferece subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais e para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Referências

A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 21, n. 04, p. 1–20, 2025. DOI: 10.61164/c77xp014. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/5198>. Acesso em: 26 dez. 2025.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA – GOVERNANÇA, FORMAÇÃO DOCENTE E REDES DE APOIO COMO FUNDAMENTOS DA EQUIDADE ESCOLAR. **ERR01**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e10250, 2025. DOI: 10.56238/ERR01v10n6-054. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/err01/article/view/10250>. Acesso em: 26 dez. 2025.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for Inclusion: developing learning and participation in schools**. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2011. Disponível em:

<https://prsinstitute.org/downloads/related/education/IndexforInclusion.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 26 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/politicaseducacaoespecial.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-ceb-2009>. Acesso em: 26 dez. 2025.

FLORIAN, Lani. Preparing teachers to work in inclusive classrooms: key lessons for the professional development of teacher educators from Scotland's Inclusive Practice Project. *Journal of Teacher Education*, v. 63, n. 4, p. 275–285, 2012. DOI: 10.1177/0022487112447112. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ976375>. Acesso em: 26 dez. 2025.

FREIRE, Kátia Maria de Aguiar et al. **Educação especial e inclusiva na BNCC: o desafio da gestão escolar na prática pedagógica.** *ARACÊ*, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 19401–19416, 2025. DOI: 10.56238/arev7n4-217. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4547>. Acesso em: 26 dez. 2025.

QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Política educacional e pedagógica da educação especial na perspectiva da educação inclusiva na rede de ensino público de Manaus.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 2, p. 233–248, 2019. DOI: 10.1590/s1413-65382519000200004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000200004>. Acesso em: 26 dez. 2025.

SLEE, Roger. **Inclusive education isn't dead, it just smells funny.** London: Routledge, 2019. DOI: 10.4324/9780429486869. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780429486869/inclusive-education-isn-dead-smells-funny-roger-slee-sally-tomlinson>. Acesso em: 26 dez. 2025.

UNESCO. **A guide for ensuring inclusion and equity in education.** Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://www.minedu.gov.gr/publications/docs2023/eidiki-agogi/A.%20UNESCO%20Guide%202017.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2025.

UNESCO. **Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action for the implementation of Sustainable Development Goal 4.** Paris: UNESCO,

2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656>.

Acesso em: 26 dez. 2025.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education: All means all**. Paris: UNESCO, 2020. DOI: 10.54676/JJNK6989.

Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373718>. Acesso em: 26 dez. 2025.

UNESCO. **The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 26 dez. 2025.

UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. New York: United Nations, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2025.